



II Concurso Público para ingresso na carreira de Defensor Público

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA ESCRITA OBJETIVA

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta.
- A duração da prova é de 5 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**Direito Constitucional**

1. Suponha que um partido político tenha ajuizado perante o Supremo Tribunal Federal (STF) arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF), contra atos normativos infralegais editados por universidade federal, que determinaram a reserva de 20% de suas vagas a candidatos negros. Alegando que os atos normativos referidos violaram preceitos fundamentais da Constituição Federal, pediu o autor da ação que fossem declarados inconstitucionais. Neste caso, considerada a disciplina constitucional e legal e a jurisprudência do STF em matéria de controle de constitucionalidade, a ADPF
 - (A) não é cabível, uma vez que pede a declaração de inconstitucionalidade de atos normativos infralegais.
 - (B) pode ser proposta pelo partido político, desde que esse tenha representação no Congresso Nacional e demonstre a pertinência temática entre o objeto da ação e os objetivos do partido.
 - (C) não é cabível, uma vez que a questão é passível de ser discutida pelos candidatos concretamente interessados na declaração de inconstitucionalidade dos atos praticados pela universidade.
 - (D) deve ser extinta, sem julgamento do mérito, sendo incabível sua admissão como ação direta de inconstitucionalidade, caso o STF entenda que os atos praticados pela universidade deveriam ter sido impugnados por aquela via.
 - (E) pode ter a petição inicial indeferida liminarmente pelo Ministro Relator, se for inepta, decisão em face da qual cabe agravo, no prazo de cinco dias.

2. Considerando a disciplina constitucional a respeito da súmula vinculante editada pelo Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que
 - (A) o ato da administração pública, direta ou indireta, da esfera federal, estadual ou municipal, que contrarie o enunciado de súmula vinculante aplicável, pode ser objeto de reclamação proposta diretamente perante o Supremo Tribunal Federal.
 - (B) a decisão judicial, que contrarie súmula vinculante, pode ser impugnada por reclamação proposta perante o Supremo Tribunal Federal que, no entanto, não poderá cassar a decisão reclamada.
 - (C) o Governador de Estado não pode propor a aprovação, revisão, nem o cancelamento de súmula vinculante.
 - (D) não pode ser objeto de súmula vinculante a interpretação a respeito da constitucionalidade de normas municipais em face da Constituição Federal.
 - (E) a súmula que afirmar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal apenas produzirá efeitos vinculantes após o ato normativo inconstitucional ser suspenso pelo Senado Federal.

3. Suponha que determinado Estado-membro tenha editado lei disciplinando o horário de funcionamento de estabelecimentos comerciais, sendo que a matéria já era regulada de modo diverso por leis editadas pelos Municípios do mesmo Estado. Estado e Municípios entendem constitucionais as respectivas leis, e pretendem sustentar judicialmente que elas foram editadas com fundamento na competência legislativa que lhes foi assegurada na Constituição Federal e na Constituição Estadual. Diante desse contexto, considerando a Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal,
 - (A) a lei estadual não poderá ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça, caso impugnada em face de norma da Constituição Estadual, admitindo-se, no entanto, que a lei estadual seja impugnada em face da Constituição Estadual mediante instrumentos de controle incidental e difuso de constitucionalidade.
 - (B) a lei estadual poderá ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça, tendo por parâmetro a Constituição Estadual, podendo ser interposto recurso extraordinário, contra o acórdão proferido pelo Tribunal Estadual, se presentes os pressupostos recursais.
 - (C) as leis municipais poderão ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, tendo por parâmetro a Constituição Federal.
 - (D) as leis municipais apenas poderão ser contestadas em face da Constituição Estadual mediante instrumentos processuais que viabilizam o controle incidental e difuso de constitucionalidade.
 - (E) o ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade (ADI) da lei estadual em face da Constituição do Estado, perante o Tribunal de Justiça, impede a propositura de ADI da mesma lei estadual em face da Constituição Federal, perante o STF, ainda que o Tribunal de Justiça do Estado não tenha julgado a ADI.

4. Suponha que tenha transitado em julgado decisão judicial proferida pelo Supremo Tribunal Federal que condenou determinado Município, localizado em Estado-membro, a cumprir certa obrigação de fazer. Caso a ordem não seja cumprida pelo Município, sem que haja motivo relevante para tanto,
 - (A) o Tribunal de Justiça do Estado poderá dar provimento à representação por descumprimento a ordem judicial, comunicando a decisão ao Governador do Estado para que decrete a intervenção no Município.
 - (B) o Supremo Tribunal Federal poderá deferir pedido de intervenção federal no Município por descumprimento de ordem judicial, comunicando a decisão ao Governador do Estado para que este decrete a intervenção no Município.
 - (C) e sendo autorizada a intervenção do Estado no Município por decisão proferida pelo Tribunal de Justiça, poderá o Município interessado interpor recurso extraordinário contra o acórdão do Tribunal Estadual.
 - (D) a intervenção do Estado no Município poderá ser decretada de ofício pelo Governador do Estado, independentemente de prévia manifestação do Poder Judiciário.
 - (E) o provimento à representação para que seja decretada a intervenção federal no Município autoriza que o decreto interventivo que nomeie o interventor produza imediatamente seus efeitos.



5. Considerando o sistema de repartição de competências entre os entes federativos na Constituição Federal, cabe
- (A) à União explorar diretamente, ou mediante concessão, o serviço de gás canalizado.
 - (B) aos Estados-membros definir as rotas dos veículos de transporte público municipal.
 - (C) aos Estados explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os portos marítimos, fluviais ou lacustres.
 - (D) aos Municípios explorar diretamente, ou mediante concessão, o serviço de gás canalizado.
 - (E) aos Municípios prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população.
-
6. Considere a hipótese de em 2012 ter sido expedido precatório judicial de caráter alimentar, a ser pago por determinado Estado-membro a indivíduo com 65 anos de idade. Nessa situação, o precatório
- (A) deverá ser atualizado monetariamente pelo índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança e, para fins de compensação da mora, incidirão juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança, sendo ainda devido o pagamento dos juros compensatórios.
 - (B) deve ser pago com preferência sobre todos os demais débitos, independentemente de qual seja o seu valor, que deverá ser atualizado monetariamente pelo índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança, e, para fins de compensação da mora, incidirão juros simples.
 - (C) deve ser pago com preferência sobre todos os demais débitos, até o valor equivalente ao triplo do fixado em lei para fins de definição da obrigação de pequeno valor, admitido o fracionamento para essa finalidade, sendo que o restante será pago na ordem cronológica de apresentação do precatório.
 - (D) poderá ser objeto de cessão, desde que mediante expressa concordância do devedor, não podendo o cessionário beneficiar-se das mesmas prerrogativas concedidas ao cedente em relação à preferência para o recebimento do crédito.
 - (E) poderá ser pago em dez prestações anuais, corrigidas pelo índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança e, para fins de compensação da mora, incidirão juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança, sendo ainda devido o pagamento dos juros compensatórios.
-
7. Considerando a disciplina da Defensoria Pública na Constituição Federal, analise as afirmações abaixo.
- I. O Defensor Público, após dois anos de efetivo exercício, torna-se estável e apenas perderá o cargo por sentença judicial transitada em julgado.
 - II. Lei complementar estadual pode autorizar que o Defensor Público exerça advocacia fora de suas atribuições institucionais.
 - III. Às Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.
 - IV. Lei Estadual pode determinar que a Defensoria integre determinada Secretaria de Estado, ficando o Defensor Geral sujeito ao poder hierárquico do Secretário de Estado.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) II, III e IV.
- (C) III e IV.
- (D) III.
- (E) II.



8. A Constituição Federal reconhece aos índios os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens, prescrevendo ainda que:
- I. São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.
 - II. As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.
 - III. O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Presidente da República, ouvidas as comunidades afetadas, que não poderão participar nos resultados da lavra.
 - IV. As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são inalienáveis e indisponíveis, mas os direitos sobre elas são passíveis de prescrição, na forma da lei.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) II, III e IV.
- (C) I e II.
- (D) II e III.
- (E) III e IV.

9. Suponha que um indivíduo obtenha prescrição médica para uso de medicamento nacional, registrado na ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), que não é disponibilizado pelo Sistema Único de Saúde – SUS. Nessa situação, pretendendo obter judicialmente o medicamento do Poder Público, o interessado

- (A) poderá propor medida judicial contra União, Estado e Município, em regime de solidariedade.
- (B) poderá propor medida judicial contra a União ou Estado ou Município, não cabendo o ajuizamento da demanda contra todos esses entes em regime de solidariedade.
- (C) deverá propor medida judicial contra o Município e contra o Estado, em regime de solidariedade, não cabendo o ajuizamento de demanda contra a União.
- (D) deverá propor medida judicial apenas contra a União, que, sendo o caso, adotará as medidas processuais cabíveis em relação ao Estado ou Município, na medida de suas responsabilidades.
- (E) deverá propor medida judicial apenas contra o Município que, sendo o caso, adotará as medidas judiciais cabíveis em relação à União ou ao Estado, na medida de suas responsabilidades.

10. Os pais de determinada criança, que completa cinco anos de idade em janeiro de 2013, pretendem obter gratuitamente o registro civil de nascimento de seu filho e, na sequência, ingressar com ação judicial, através da Defensoria Pública, para obrigar o Poder Público a garantir-lhe o acesso à educação infantil gratuita, uma vez que foram informados de que não há vaga para que a criança ingresse na rede pública de ensino. Apesar de estarem munidos de todos os documentos para pleitearem o registro de nascimento de seu filho, os pais da criança são pobres nos termos da lei, não tendo recursos financeiros para pagar as despesas do ato registral sem prejuízo de seu sustento. Nesse contexto, é correto afirmar que o registro civil de nascimento

- (A) pode ser gratuitamente obtido, mas o Poder Público não está obrigado a garantir à criança o acesso à educação infantil gratuita, uma vez que não há vagas para tanto.
- (B) pode ser gratuitamente obtido e o Poder Público está obrigado a garantir à criança o acesso à educação infantil gratuita.
- (C) pode ser gratuitamente obtido, mas o Poder Público não está obrigado a garantir à criança o acesso à educação infantil gratuita, uma vez que o infante não possui a idade mínima exigida pela Constituição Federal.
- (D) não pode ser gratuitamente obtido, uma vez que somente a certidão de óbito é gratuita aos reconhecidamente pobres nos termos da Constituição Federal, embora o Poder Público esteja obrigado a garantir à criança o acesso à educação infantil gratuita.
- (E) não pode ser gratuitamente obtido, uma vez que tardio, e o Poder Público não está obrigado a garantir à criança o acesso à educação infantil gratuita, já que não há vagas para tanto.

**Direito Administrativo**

11. Para o direito brasileiro, é absolutamente impossível a desapropriação de
- (A) área situada no subsolo.
 - (B) pessoa jurídica.
 - (C) bens públicos.
 - (D) seres vivos.
 - (E) domínio útil de imóvel sob regime enfiteutico.
-
12. Consoante a Lei Estadual nº 1.762/86 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Amazonas), o regime disciplinar dos servidores a ele submetidos prevê a
- (A) suspensão preventiva de até noventa dias do acusado de infração, por decisão do chefe da unidade administrativa em que está classificado.
 - (B) condução do inquérito administrativo por Comissão permanente ou especial, formada por três servidores, sendo que seu presidente deverá ser servidor estável.
 - (C) obrigatoriedade de defesa técnica do indiciado revel, por advogado dativo.
 - (D) vedação da exoneração a pedido do indiciado, no curso do processo disciplinar.
 - (E) possibilidade de agravamento da pena, em revisão *ex officio* do processo, quando forem revelados fatos ou circunstâncias não conhecidas à época do processo disciplinar.
-
13. Trata-se de ato administrativo em que NÃO se faz presente o atributo da discricionariedade:
- (A) ato revogatório de outro ato administrativo.
 - (B) autorização para transporte de substâncias perigosas em via urbana.
 - (C) concessão de licença requerida por servidor público, para tratar de interesses particulares.
 - (D) concessão de aposentadoria voluntária, requerida por servidor público.
 - (E) prorrogação de prazo de validade de concurso público.
-
14. A Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, trouxe uma série de alterações nos dispositivos constitucionais referentes à Administração Pública, no bojo do que veio a ser alcunhado de Reforma Administrativa, baseada no chamado Modelo Gerencial de Administração Pública. Trata-se de medida introduzida por essa Emenda:
- (A) previsão de órgão regulador para os serviços de telecomunicação que sejam explorados por terceiros, mediante autorização, concessão ou permissão.
 - (B) flexibilização do monopólio estatal do petróleo, permitindo a contratação de empresas estatais ou privadas para exercer as atividades regidas pelo regime de monopólio, sob as condições previstas em lei e mediante regulação de órgão específico.
 - (C) fim da chamada paridade entre proventos aposentados e pensionistas e vencimentos de servidores em atividade, determinando o reajustamento dos benefícios, conforme critérios estabelecidos em lei, visando a manutenção do seu valor real.
 - (D) atribuição de competência privativa ao Presidente da República para, mediante decreto, dispor sobre a organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.
 - (E) flexibilização da estabilidade dos servidores titulares de cargo efetivo, com a previsão de perda do cargo em decorrência de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada a ampla defesa.
-
15. As Organizações Sociais são pessoas jurídicas de direito privado, qualificadas pelo Poder Executivo, nos termos da Lei Federal nº 9.637/98, com vistas à formação de parceria para execução de atividades de interesse público. NÃO está entre as características das Organizações Sociais, nos termos da referida lei,
- (A) a necessidade de aprovação de sua qualificação, por meio de ato vinculado do Ministro ou titular de órgão supervisor ou regulador da área de atividade correspondente ao seu objeto social e do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão.
 - (B) a previsão de participação, no órgão colegiado de deliberação superior, de representantes do Poder Público e de membros da comunidade, de notória capacidade profissional e idoneidade moral.
 - (C) a proibição de distribuição de bens ou de parcela do patrimônio líquido em qualquer hipótese, inclusive em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado ou membro da entidade.
 - (D) o desempenho de atividades relacionadas a pelo menos um dos seguintes campos: ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, proteção e preservação do meio ambiente, cultura e saúde.
 - (E) a atuação com finalidade não-lucrativa, com a obrigatoriedade de investimento de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades.



16. Paciente internada em UTI de hospital público municipal falece em razão da ocorrência de interrupção do fornecimento de energia elétrica, decorrente de uma tempestade na região, sendo que o referido hospital não possuía geradores de emergência. Em sua defesa, o Município alega que se trata de situação de força maior, o que afasta a responsabilidade estatal. Tal argumento não se sustenta, pois
- (A) a responsabilidade estatal na prestação de serviços públicos é baseada na teoria do risco administrativo, afastando as causas excludentes de responsabilidade.
 - (B) a responsabilidade estatal na prestação de serviços públicos é baseada na teoria do risco integral, afastando as causas excludentes de responsabilidade.
 - (C) não se trata de situação de força maior, mas sim de fato de terceiro, que não enseja o afastamento da responsabilidade estatal.
 - (D) por se tratar de morte natural, decorrente de moléstia contraída antes da internação, o nexo causal não se encontra configurado, sendo desnecessário recorrer à excludente de força maior.
 - (E) a situação ocorrida está no horizonte de previsibilidade da atividade, ensejando a responsabilidade subjetiva da entidade municipal, que tinha o dever de evitar o evento danoso.
-
17. Acerca do Regime Próprio de Previdência do Estado do Amazonas, é correto afirmar que
- (A) ele se aplica a todos os servidores da Administração Direta e a todos os servidores das pessoas jurídicas de direito público da Administração Indireta.
 - (B) os proventos devidos ao servidor inativo não podem ser inferiores ao valor do salário mínimo, mesmo que se trate de proventos decorrentes de aposentadoria proporcional.
 - (C) o valor da pensão por morte é fixado em 70% (setenta por cento) do valor da remuneração ou dos proventos do segurado.
 - (D) não é cabível a concessão de pensão senão em virtude do óbito do segurado.
 - (E) não se exige comprovação de dependência econômica dos pais, para fins de instituição de benefício de pensão.
-
18. São características da servidão administrativa:
- (A) imperatividade, perpetuidade e natureza real.
 - (B) gratuidade, precariedade e natureza pessoal.
 - (C) consensualidade, perpetuidade e natureza real.
 - (D) autoexecutoriedade, perpetuidade e natureza pessoal.
 - (E) onerosidade, precariedade e natureza real.
-
19. Ao contrário dos contratos administrativos, os convênios administrativos
- (A) não dependem de exame e aprovação prévia por assessoria jurídica da Administração.
 - (B) não estão sujeitos à aplicação de normas da Lei Federal nº 8.666/93.
 - (C) permitem a retirada voluntária de qualquer um dos partícipes, sem que se caracterize inadimplência.
 - (D) dependem de prévia licitação, quando houver mais de uma entidade habilitada a celebrar o ajuste.
 - (E) não permitem o repasse de recursos financeiros entre os partícipes, visto que cada qual deve arcar com as respectivas tarefas que foram objeto do ajuste.
-
20. Mediante iniciativa do Governador, o Estado do Amazonas aprova lei, cujos artigos iniciais estão assim redigidos:
- “Artigo 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a instituir, por escritura pública, sob a denominação de (...), uma (...) que se regerá por esta lei, pelas normas civis, por seu estatuto e com as finalidades discriminadas no artigo 2º.*
- § 1º – A será uma entidade civil, sem fins lucrativos, com prazo de duração indeterminado e adquirirá personalidade jurídica a partir da inscrição, no Registro competente, do seu ato constitutivo, com o qual serão apresentados o Estatuto e o respectivo decreto de aprovação”.*
- Diante do texto legislativo acima, pode-se concluir que a entidade a ser criada será uma
- (A) empresa pública.
 - (B) autarquia.
 - (C) fundação de direito privado.
 - (D) sociedade de economia mista.
 - (E) associação pública.

**Direito Tributário**

21. A impugnação ou recurso administrativo, a concessão de liminar em mandado de segurança ou de tutela antecipada em ação anulatória de débito fiscal têm em comum o fato de
- (A) autorizar a modificação do crédito tributário em caso de procedência do pedido principal.
 - (B) serem causa de extinção do crédito tributário.
 - (C) serem causa de exclusão do crédito tributário.
 - (D) terem no depósito do montante integral do débito sua condição de admissibilidade.
 - (E) autorizarem a certidão positiva de efeitos negativos.
-
22. Em caso de tributo sujeito a lançamento por homologação, o não pagamento antecipado pelo sujeito passivo traz como consequência a
- (A) exclusão do crédito tributário, que deverá, portanto, ser lançado de ofício pelo fisco, sob pena de prescrição.
 - (B) necessidade do fisco em lançar de ofício, o que acontecerá com a lavratura de Auto de Infração e Imposição de Multa, sob pena de decadência.
 - (C) extinção da obrigação tributária em cinco anos a contar da ocorrência do fato gerador pela decadência, caso o fisco não realize o autolancamento neste prazo.
 - (D) suspensão da exigibilidade do crédito tributário até que o fisco lavre Auto de Infração e Imposição de Multa.
 - (E) presunção de existência do crédito tributário por parte do fisco, que deve imediatamente inscrevê-lo em dívida ativa e propor execução fiscal.
-
23. O contribuinte pretende quitar seu débito com a Fazenda Pública através da entrega de bem imóvel de sua propriedade. Neste caso, esta medida só terá cabimento se
- (A) houver lei do ente competente especificando a forma e as condições para a realização da dação em pagamento, hipótese em que será admitida como causa de extinção do crédito tributário.
 - (B) o bem imóvel estiver garantindo o juízo da execução e desde que haja interesse por parte do ente em receber aquele bem imóvel na forma de depósito, hipótese em que será admitida como causa de exclusão do crédito tributário.
 - (C) estiver o débito em fase de cobrança judicial e não houver sido apresentado embargos à execução fiscal pelo executado, bem assim que haja lei autorizando esta transação como forma de extinção do crédito tributário.
 - (D) for feita em juízo, nos autos da execução fiscal e mediante homologação judicial desta forma de compensação do crédito tributário como causa de extinção do crédito tributário.
 - (E) houver previsão legal do ente competente admitindo a entrega de bem imóvel como forma de pagamento direto, causa de extinção do crédito tributário, já que o tributo pode ser pago em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir.
-
24. Em sede de execução fiscal proposta pelo Município por débito de IPTU, o executado não foi encontrado para ser citado, quer via postal, quer pessoalmente, por oficial de justiça. Ato contínuo, foi promovida a citação por edital, tendo sido penhorado o imóvel que deu origem ao débito de IPTU. Foi nomeado curador especial ao executado. Neste caso,
- (A) o curador especial deverá obrigatoriamente apresentar *exceção de pré-executividade*, impugnando a certidão de dívida ativa por negativa geral.
 - (B) a execução fiscal deverá ter seu curso suspenso por um ano para que o Fisco tente localizar o devedor.
 - (C) o curador especial deverá apresentar embargos à execução fiscal no prazo de 30 dias da intimação da penhora.
 - (D) o juiz deverá decretar, de ofício, a indisponibilidade de todos os bens e direitos do executado, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registro de transferência de bens.
 - (E) o juiz deverá determinar imediata hasta pública do bem imóvel penhorado para satisfação do débito, convertendo em renda o valor arrecadado com a arrematação até o montante do débito, ficando o saldo remanescente depositado em conta judicial à disposição do executado.

**Direito Civil e Direito Processual Civil**

25. A união estável

- (A) equipara-se, para todos os fins, ao casamento civil, inclusive no que toca à prova.
- (B) pode ser constituída entre pessoas casadas, desde que separadas judicialmente ou de fato.
- (C) demanda diversidade de gêneros, de acordo com recente entendimento do Supremo Tribunal Federal.
- (D) será regida, em seus aspectos patrimoniais, pelo regime da separação obrigatória, salvo disposição contrária em contrato firmado pelos companheiros.
- (E) se dissolvida, não autoriza os companheiros a pedirem alimentos.

26. O divórcio

- (A) não pode ser concedido sem prévia partilha dos bens.
- (B) demanda prévia separação judicial, há pelo menos um ano, ou de fato, há pelo menos dois.
- (C) só pode ser requerido se comprovada culpa de um dos cônjuges.
- (D) pode dar ensejo à obrigação de prestar alimentos, a qual não se extingue com novo casamento do alimentante.
- (E) não importa restrição aos direitos e deveres decorrentes do poder familiar, salvo na hipótese de casamento de qualquer dos pais.

27. São nulos os atos

- (A) praticados com a reserva mental de se descumprir a avença, tenha ou não conhecimento do fato o destinatário da manifestação.
- (B) emanados de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio.
- (C) quando a lei taxativamente os declarar nulos ou lhes proibir a prática sem cominar sanção.
- (D) praticados sob coação ou em fraude contra credores.
- (E) praticados pelos relativamente incapazes.

28. A prescrição

- (A) deve ser arguida em preliminar de contestação, sob pena de preclusão.
- (B) não corre contra o relativamente incapaz.
- (C) pode ser convencionada entre as partes.
- (D) não corre contra ascendentes e descendentes, mesmo depois de extinto o poder familiar.
- (E) é interrompida pelo protesto cambial.

29. Em relação à prova é correto afirmar que

- (A) a recusa ao exame de DNA, quando ordenado pelo juiz, gera presunção relativa de paternidade.
- (B) os fatos jurídicos não podem ser provados por presunção.
- (C) é sempre nula a convenção que distribui de maneira diversa o ônus da prova.
- (D) o interrogatório das partes não pode ser determinado de ofício.
- (E) os documentos podem ser juntados a qualquer momento ao processo, sejam novos ou não.

Atenção: Para responder às questões de números 30 a 32 considere o caso abaixo.

Menor de 17 anos, por culpa, lesiona pessoa capaz, causando danos materiais. Reside com o pai e é órfão de mãe.

30. Considerando que o menor não é emancipado, ele

- (A) jamais responderá pelos prejuízos, por ser incapaz.
- (B) responderá subsidiariamente pela totalidade dos prejuízos, caso o pai não disponha de meios suficientes.
- (C) responderá subsidiária e equitativamente pelos prejuízos, caso o pai não disponha de meios suficientes.
- (D) responderá solidariamente pela totalidade dos prejuízos.
- (E) responderá solidária e equitativamente pelos prejuízos.



31. Considerando que o menor não é emancipado, o pai

- (A) não responderá pelos prejuízos se o filho dispuser de meios suficientes.
- (B) responderá direta e objetivamente pelos prejuízos que o filho houver causado.
- (C) responderá direta e subjetivamente pelos prejuízos que o filho houver causado.
- (D) responderá subsidiária e objetivamente pelos prejuízos que o filho houver causado.
- (E) responderá subsidiária e subjetivamente pelos prejuízos que o filho houver causado.

32. Considerando que o menor foi emancipado, por ato voluntário do pai,

- (A) o filho responderá sozinho pelos prejuízos.
- (B) pai e filho responderão solidária e equitativamente pelos prejuízos.
- (C) o pai responderá sozinho pela totalidade dos prejuízos.
- (D) pai e filho responderão solidariamente pela totalidade dos prejuízos.
- (E) o filho responderá sozinho, mas equitativamente, pelos prejuízos.

33. A posse

- (A) é de má-fé mesmo que o possuidor ignore o vício.
- (B) é adquirida quando se detém a coisa a mando de outrem.
- (C) pode ser oposta ao proprietário.
- (D) não pode ser defendida, em juízo, pelo possuidor indireto.
- (E) quando turbada, autoriza o ajuizamento de ação de reintegração.

34. A competência

- (A) é inderrogável por convenção das partes, seja relativa ou absoluta.
- (B) é sempre do foro do consumidor, nas ações de responsabilidade civil do fornecedor.
- (C) se relativa, deve ser arguida em preliminar de contestação, de acordo com o Código de Processo Civil.
- (D) é alterada pela conexão, mesmo que um dos processos já tenha sido sentenciado.
- (E) quando alterada em razão da matéria, acarreta a nulidade dos atos decisórios.

35. Quanto à prova e à presunção, é correto afirmar que

- (A) o ônus da prova cabe, em regra, à parte economicamente mais forte.
- (B) a prova refere-se sempre a fatos, jamais ao direito ou à sua vigência.
- (C) a confissão judicial prejudica o litisconsorte.
- (D) a revelia não induz presunção de veracidade nos litígios sobre direitos indisponíveis.
- (E) a revelia induz presunção absoluta de veracidade.

36. Em relação aos recursos é correto afirmar:

- (A) Em regra, a apelação deve ser recebida apenas no efeito devolutivo.
- (B) O agravo de instrumento deve ser interposto diretamente no Tribunal, sendo desnecessário que a parte comunique o juízo de primeira instância acerca da interposição.
- (C) Em regra, os embargos de declaração interrompem o prazo para interposição de outros recursos.
- (D) O julgamento de mérito de recurso extraordinário cuja repercussão geral tenha sido reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal possui efeito vinculante.
- (E) O recurso adesivo deve ser conhecido mesmo que não se conheça do principal.

37. Em relação ao cumprimento de sentença é correto afirmar:

- (A) O acordo extrajudicial homologado em juízo e a sentença arbitral constituem títulos executivos judiciais.
- (B) Em regra, a impugnação ao cumprimento de sentença suspende o curso do processo.
- (C) É necessária a prestação de caução para se dar início à execução provisória.
- (D) Quando tiver havido recurso, o cumprimento da sentença deverá ser processado perante o tribunal.
- (E) O crédito do perito, cujos honorários houverem sido aprovados por decisão judicial, constitui título executivo judicial.



38. A medida cautelar

- (A) de sequestro tem cabimento quando a parte pretende a exibição judicial de documento comum às partes.
- (B) de produção antecipada de provas é cabível nos casos em que parte tem dúvida sobre a existência de fato a ser objeto da ação principal.
- (C) em regra, não demanda a citação do réu.
- (D) pode ser requerida a qualquer tempo, pelos mesmos motivos, ainda que tenha perdido a eficácia.
- (E) perde a eficácia com a extinção sem resolução de mérito do processo principal.

39. No inventário

- (A) admite-se instrução probatória para apuração de débitos do espólio.
- (B) incumbe ao inventariante a administração dos bens do espólio.
- (C) julga-se a partilha independentemente do pagamento do ITCMD.
- (D) não cabe nomeação de perito para avaliação dos bens.
- (E) será nomeado inventariante, preferencialmente, o filho mais velho do falecido.

40. A dívida de alimentos

- (A) autoriza a prisão civil, mesmo depois de pago o valor em atraso.
- (B) é imprescritível.
- (C) torna-se inexigível depois da prisão.
- (D) em regra, transmite-se aos herdeiros do devedor, assim como a obrigação de prestar os alimentos.
- (E) autoriza a prisão civil, indefinidamente, até o pagamento do valor em atraso.

Direito Penal e Direito Processual Penal

41. NÃO constitui entendimento sumulado dos Tribunais Superiores, em matéria de crimes contra o patrimônio:

- (A) No crime de roubo, a intimidação feita com arma de brinquedo autoriza o aumento da pena.
- (B) É inadmissível aplicar, no furto qualificado pelo concurso de agentes, a majorante do roubo.
- (C) O crime de extorsão consuma-se independentemente da obtenção da vantagem indevida.
- (D) Há crime de latrocínio, quando o homicídio não se consuma, ainda que não realize o agente a subtração de bens da vítima.
- (E) Quando o falso se exaure no estelionato, sem mais potencialidade lesiva, é por este absorvido.

42. A reincidência

- (A) sempre impede a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.
- (B) pode ser considerada como circunstância agravante e, simultaneamente, como circunstância judicial.
- (C) não influi no prazo da prescrição da pretensão punitiva.
- (D) obsta a suspensão condicional da pena, ainda que a condenação anterior tenha imposto tão somente a pena de multa.
- (E) fica excluída automaticamente pela reabilitação.

43. Segundo entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça, o período de suspensão do prazo prescricional é

- (A) regulado pelo máximo da pena cominada.
- (B) sempre o máximo previsto de vinte anos.
- (C) regulado pela pena aplicada.
- (D) regulado pelo mínimo da pena cominada.
- (E) sempre o mínimo previsto de três anos.

44. O regime disciplinar diferenciado

- (A) não permite saída diária da cela.
- (B) terá duração máxima de trezentos e sessenta dias, sem prejuízo de repetição da sanção por nova falta grave da mesma espécie, até o limite de um terço da pena aplicada.
- (C) permite visitas semanais de duas pessoas, incluídas as crianças, com duração de duas horas.
- (D) terá duração máxima de trezentos e sessenta dias, vedada a repetição da sanção por nova falta grave da mesma espécie, até o limite de um sexto da pena aplicada.
- (E) pode ser imposto aos presos provisórios.



45. Constitui crime contra a dignidade sexual praticar conjunção carnal ou outro ato libidinoso, sem violência ou grave ameaça, com alguém não deficiente mental ou enfermo
- (A) menor de dezoito anos e maior de dezesseis anos.
 - (B) menor de dezoito anos e maior de quatorze anos em situação de prostituição.
 - (C) menor de vinte e um anos e maior de quatorze anos em situação de prostituição.
 - (D) em situação de prostituição, independentemente da idade.
 - (E) menor de dezesseis anos e maior de quatorze anos.
-
46. Constitui crime previsto na lei de drogas
- (A) fornecer, desde que onerosamente, maquinário, aparelho, instrumento ou qualquer outro objeto destinado à fabricação, preparação, produção ou transformação de drogas, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar.
 - (B) oferecer droga, desde que em caráter habitual e ainda que sem objetivo de lucro, a pessoa de seu relacionamento, para juntos consumirem.
 - (C) prescrever ou ministrar, culposamente, drogas, sem que delas necessite o paciente, ou fazê-lo em doses excessivas ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar.
 - (D) conduzir embarcação ou aeronave após o consumo de drogas, ainda que sem exposição a dano potencial a incolumidade de outrem.
 - (E) consentir que outrem se utilize de local de que tem a propriedade para o tráfico ilícito de drogas, desde que o faça onerosamente.
-
47. No que se refere aos elementos do crime, é correto afirmar que
- (A) o estrito cumprimento do dever legal exclui a imputabilidade.
 - (B) o dolo e a culpa integram a tipicidade e a culpabilidade, respectivamente.
 - (C) o arrependimento eficaz afasta a ilicitude.
 - (D) a exigibilidade de conduta diversa é pressuposto da culpabilidade.
 - (E) o crime impossível extingue a punibilidade.
-
48. Se alguém instiga outrem a surrar inimigo comum, mas o instigado se excede e mata a vítima, é correto afirmar que
- (A) a conduta do partícipe é atípica.
 - (B) o partícipe poderá responder por lesão corporal, sem qualquer aumento de pena, se não podia prever o resultado morte.
 - (C) o partícipe poderá responder por homicídio doloso, mas fará jus, necessariamente, ao reconhecimento da participação de menor importância.
 - (D) o partícipe poderá responder por lesão corporal, com a pena aumentada até um terço, se previsível o resultado letal.
 - (E) o partícipe não poderá responder por homicídio doloso, mesmo que tenha assumido o risco do resultado morte.
-
49. NÃO está previsto nos incisos do artigo 5º da Constituição da República que
- (A) não haverá juízo ou tribunal de exceção.
 - (B) a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado.
 - (C) às presidiárias serão asseguradas as condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação.
 - (D) será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal.
 - (E) a lei não poderá restringir a publicidade dos atos processuais.
-
50. De acordo com o Código de Processo Penal, o interrogatório do réu pelo sistema de videoconferência pode ser realizado, por decisão fundamentada,
- (A) de ofício, para responder à gravíssima questão de ordem pública.
 - (B) somente a requerimento do Ministério Público, para prevenir risco à segurança pública, quando exista prova cabal de que o preso integre organização criminosa.
 - (C) de ofício ou a requerimento das partes, por questões de economia processual.
 - (D) somente de ofício, para viabilizar a participação do réu no referido ato processual, quando haja relevante dificuldade para seu comparecimento em juízo, por enfermidade ou outra circunstância.
 - (E) a requerimento das partes, para impedir a influência do réu no ânimo da vítima, ainda que seja possível colher o depoimento desta por videoconferência.



51. No tocante à prisão, medidas cautelares e liberdade provisória, de acordo com a redação expressa no Código de Processo Penal,
- (A) as medidas cautelares relativas à prisão deverão ser aplicadas, observando-se a adequação da medida às circunstâncias do fato, mas não à gravidade do crime ou às condições pessoais do indiciado ou acusado.
 - (B) as medidas cautelares relativas à prisão deverão ser aplicadas observando-se a necessidade para aplicação da lei penal, para a investigação ou a instrução criminal e, nos casos expressamente previstos, para evitar a prática de infrações penais.
 - (C) as medidas cautelares não podem ser aplicadas cumulativamente.
 - (D) o juiz poderá revogar a medida cautelar ou substituí-la quando verificar a falta de motivo para que subsista, mas não pode voltar a decretá-la se sobrevierem razões que eventualmente a justificassem.
 - (E) no caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas, o juiz, apenas a requerimento do Ministério Público, poderá substituir a medida.
-
52. De acordo com o Código de Processo Penal, no tocante à prisão em flagrante,
- (A) apresentado o preso à autoridade competente, procederá esta desde logo ao interrogatório do acusado sobre a imputação que lhe é feita e depois ouvirá o depoimento das testemunhas.
 - (B) a falta de testemunhas presenciais da infração impedirá o auto de prisão em flagrante.
 - (C) em até vinte e quatro horas após a realização da prisão será encaminhado ao juiz competente o auto de prisão em flagrante e, caso o autuado não informe o nome de seu advogado, cópia integral para a Defensoria Pública.
 - (D) qualquer do povo deverá prender quem quer que seja encontrado em situação de flagrante delito.
 - (E) a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicadas imediatamente ao juiz competente, à família do preso ou à pessoa por ele indicada e em até quarenta e oito horas ao Ministério Público.
-
53. De acordo com entendimento sumulado,
- (A) cabe *habeas corpus* ainda quando extinta a pena privativa de liberdade.
 - (B) reunidos os pressupostos legais permissivos da suspensão condicional do processo, mas se recusando o Promotor de Justiça a propô-la, o Juiz, dissentindo, poderá propô-la de ofício.
 - (C) a decisão que determina a produção antecipada de provas com base no artigo 366 do Código de Processo Penal deve ser fundamentada, justificando-a unicamente o decurso do tempo.
 - (D) não cabe *habeas corpus* contra decisão condenatória a pena de multa, ou relativo a processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada.
 - (E) a renúncia do réu ao direito de apelação, manifestada sem a assistência do defensor, impede o conhecimento da apelação por este interposta.
-
54. Em relação à execução penal, é INCORRETO afirmar:
- (A) A pena unificada para atender ao limite de trinta anos de cumprimento, determinado pelo artigo 75 do Código Penal, não é considerada para a concessão de outros benefícios, como o livramento condicional ou regime mais favorável de execução.
 - (B) Admite-se a progressão de regime de cumprimento da pena ou a aplicação imediata de regime menos severo nela determinada, antes do trânsito em julgado da sentença condenatória.
 - (C) Não impede a progressão de regime de execução da pena, fixada em sentença não transitada em julgado, o fato de o réu se encontrar em prisão especial.
 - (D) Admite-se o exame criminológico pelas peculiaridades do caso, desde que em decisão motivada.
 - (E) A falta grave interrompe o prazo para obtenção de livramento condicional.
-
55. Em relação à competência em processo penal, é correto afirmar que
- (A) será determinada pela continência quando a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração.
 - (B) é absoluta a nulidade decorrente da inobservância da competência penal por prevenção.
 - (C) será facultativa a separação dos processos quando as infrações tiverem sido praticadas em circunstâncias de tempo ou de lugar diferentes, ou, quando pelo excessivo número de acusados e para não lhes prolongar a prisão provisória, ou por outro motivo relevante, o juiz reputar conveniente a separação.
 - (D) nos casos de ação penal de iniciativa pública, não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pelo domicílio ou residência do ofendido.
 - (E) na determinação da competência por conexão ou continência, no concurso entre a jurisdição especial e a comum, prevalecerá esta, em regra.



56. De acordo com a Lei nº 11.343/06,

- (A) o perito que subscrever o laudo de constatação da natureza e quantidade da droga, em razão da prisão em flagrante, ficará impedido de participar da elaboração do laudo definitivo.
- (B) em qualquer fase da persecução criminal relativa aos crimes previstos nesta lei, é permitida, em razão da urgência e por isso independentemente de autorização judicial, a infiltração por agentes de polícia, em tarefas de investigação, constituída pelos órgãos especializados pertinentes.
- (C) os crimes previstos no artigo 33 desta lei são suscetíveis de liberdade provisória, de acordo com recente orientação do Supremo Tribunal Federal.
- (D) o pedido de restituição de bem apreendido em razão da prática de crime previsto nesta lei será conhecido independentemente do comparecimento pessoal do acusado.
- (E) o indiciado ou acusado que colaborar voluntariamente com a investigação policial e o processo criminal na identificação dos demais coautores ou partícipes do crime e na recuperação total ou parcial do produto do crime, no caso de condenação, terá pena reduzida de um terço a metade.

Direito do Consumidor

57. Em relação ao Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078/90 analise as afirmações abaixo.

- I. A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo.
- II. Na cobrança de débitos, o consumidor inadimplente não será exposto a ridículo, nem será submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça.
- III. O consumidor pode desistir do contrato, no prazo de 30 dias a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto ou serviço, sempre que a contratação de fornecimento de produtos e serviços ocorrer fora do estabelecimento comercial, especialmente por telefone ou a domicílio.
- IV. É facultado a qualquer consumidor o ajuizamento de ação civil pública para ser declarada a nulidade de cláusula contratual que contrarie o disposto no Código de Defesa do Consumidor ou de qualquer forma não assegure o justo equilíbrio entre direitos e obrigações das partes.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III e IV.
- (B) I e II.
- (C) I e IV.
- (D) II e III.
- (E) II e IV.

58. Segundo o Código de Defesa do Consumidor, são instrumentos para a execução da política nacional das relações de consumo:

- (A) a criação de delegacias de polícia especializadas no atendimento de consumidores vítimas de infrações penais de consumo e a harmonização dos interesses dos participantes das relações de consumo e compatibilização da proteção do consumidor com a necessidade de desenvolvimento econômico e tecnológico, de modo a viabilizar os princípios nos quais se funda a ordem econômica (art. 170, da Constituição Federal), sempre com base na boa-fé e equilíbrio nas relações entre consumidores e fornecedores.
- (B) a educação e informação de fornecedores e consumidores, quanto aos seus direitos e deveres, com vistas à melhoria do mercado de consumo, estudo constante das modificações do mercado de consumo e a racionalização e melhoria dos serviços públicos.
- (C) a concessão de estímulos à criação e desenvolvimento das Associações de Defesa do Consumidor, a criação de delegacias de polícia especializadas no atendimento de consumidores vítimas de infrações penais de consumo e a manutenção de assistência jurídica, integral e gratuita para o consumidor carente.
- (D) a instituição de Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor, no âmbito do Ministério Público, o reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo e o incentivo à criação pelos fornecedores de meios eficientes de controle de qualidade e segurança de produtos e serviços, assim como de mecanismos alternativos de solução de conflitos de consumo.
- (E) a manutenção de assistência jurídica, integral e gratuita para o consumidor carente, a criação de Juizados Especiais de Pequenas Causas e Varas Especializadas para a solução de litígios de consumo e o reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo.



59. Em relação à cobrança de dívida, o Código de Defesa do Consumidor estabelece que
- (A) o consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável.
 - (B) o fornecedor do produto ou serviço é solidariamente responsável pelos atos de seus prepostos ou representantes autônomos.
 - (C) deve ser reconhecida a vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo, para fins do cálculo da multa e dos juros.
 - (D) o fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.
 - (E) as multas de mora decorrentes do inadimplemento de obrigações no seu termo não poderão ser superiores a cinco por cento do valor da prestação.
-
60. A jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça considera consumidor por equiparação
- (A) tão somente a pessoa física destinatária fática e econômica do bem ou serviço, excluindo-a de forma definitiva do mercado de consumo.
 - (B) todas as pessoas determináveis ou não, expostas às práticas comerciais do Código de Defesa do Consumidor.
 - (C) as pessoas jurídicas classificadas como de consumo intermediário.
 - (D) todas as pessoas que se enquadrem nas modalidades de vulnerabilidade.
 - (E) tão somente o destinatário final fático e econômico do bem ou serviço, seja ele pessoa física ou jurídica, excluindo-o de forma definitiva do mercado de consumo.
-
61. São práticas abusivas contra o consumidor:
- I. Condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativos.
 - II. Prevaler-se da fraqueza ou ignorância do consumidor, tendo em vista sua idade, sexo, saúde e carência econômica para impingir-lhe seus produtos ou serviços.
 - III. Repassar informação depreciativa, referente a ato praticado pelo consumidor no exercício de seus direitos.
 - IV. Colocar, no mercado de consumo, qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se normas específicas não existirem, pelo Departamento Nacional de Defesa do Consumidor, da Secretaria Nacional de Direito Econômico (MJ).
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II e IV.
 - (B) I, II e III.
 - (C) II, III e IV.
 - (D) I e III.
 - (E) I e IV.
-
62. Em relação às cláusulas abusivas, previstas no Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar:
- (A) A nulidade de uma cláusula contratual abusiva invalida o contrato.
 - (B) São nulas cláusulas que estabeleçam inversão do ônus da prova em prejuízo do consumidor e prevejam a utilização de arbitragem.
 - (C) Nos contratos do sistema de consórcio de produtos duráveis, é considerada abusiva a cláusula que estabelece a compensação ou a restituição das parcelas quitadas com desconto da vantagem econômica auferida com a fruição e os prejuízos que o desistente ou inadimplente causar ao grupo.
 - (D) Nos contratos de compra e venda de móveis ou imóveis mediante pagamento em prestações, bem como nas alienações fiduciárias em garantia, consideram-se nulas de pleno direito as cláusulas que estabeleçam a perda parcial das prestações pagas em benefício do credor que, em razão do inadimplemento, pleitear a resolução do contrato e a retomada do produto alienado.
 - (E) São aquelas que estabeleçam obrigações consideradas iníquas, abusivas, que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada, ou sejam incompatíveis com a boa-fé ou a equidade.

**Direito da Criança e do Adolescente**

63. Segundo a Lei nº 12.594/12, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, a reavaliação da medida socioeducativa dar-se-á
- (A) no prazo máximo de seis meses, somente pelo juiz competente, com base nos relatórios anteriores emitidos pela direção do programa de atendimento e sua equipe.
 - (B) com relação às medidas de prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e internação, desde que atingido o prazo máximo de seis meses.
 - (C) somente a pedido da direção do programa de atendimento que acompanhar o cumprimento da medida de prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade ou internação.
 - (D) a qualquer tempo, desde que solicitada pela direção do programa de atendimento, pelo defensor, pelo Ministério Público, pelo adolescente ou por seus pais ou responsáveis.
 - (E) no prazo mínimo de doze meses, pelo defensor, caso ainda não haja indicação da direção do programa de atendimento pela substituição por medida menos gravosa.
-
64. O adolescente João, aluno do 6º ano do ensino fundamental, foi apreendido em razão de suposta prática de ato infracional equiparado ao crime de roubo. Sua genitora, a fim de auxiliar na instrução processual e na defesa de seu filho, solicitou à escola onde João estuda declaração de matrícula escolar. Dessa forma, o diretor da escola tomou conhecimento da apreensão e, como já desejava expulsar o aluno, acabou divulgando aos demais alunos, sem autorização, que João estava respondendo pela prática de ato infracional, utilizando-o como mau exemplo. O Diretor, em tese
- (A) praticou infração administrativa prevista pelo ECA.
 - (B) praticou o crime de quebra de sigilo previsto pelo ECA.
 - (C) praticou crime de quebra de sigilo e infração administrativa, ambos previstos pelo ECA.
 - (D) praticou crime de difamação previsto pelo ECA.
 - (E) não praticou crime, tampouco infração administrativa prevista pelo ECA.
-
65. Segundo a Política Nacional de Assistência Social (Resolução CNAS nº 145/04), o princípio da matricialidade familiar corresponde à
- (A) centralidade na família como âmbito de suas ações, já que se trata de um espaço privilegiado e insubstituível de proteção e ancoragem na socialização primária de seus membros.
 - (B) centralidade na figura materna como âmbito de suas ações, já que se trata da principal provedora de cuidados nas famílias monoparentais.
 - (C) desfamíliação, abrandando a responsabilidade da família e destacando o dever de o Estado prover políticas que atendam às suas necessidades.
 - (D) desresponsabilização do Estado em sua função de garantir e assegurar as atenções básicas de proteção, desenvolvimento e inclusão social de todos os cidadãos.
 - (E) política social voltada ao aspecto tutelar, movida pela compaixão, consistindo em auxílio a problemas concretos, sendo o fornecimento de cesta básica um exemplo contundente dessa política.
-
66. Conforme disposto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, são exemplos de medidas de prevenção especial à ameaça ou violação aos direitos da criança e do adolescente
- (A) o acolhimento institucional e a requisição de tratamento médico.
 - (B) a regulação das diversões e espetáculos públicos e a autorização para viajar.
 - (C) a inclusão em programa de acolhimento familiar e a colocação em família substituta.
 - (D) a proibição de entrada de criança e adolescente em estabelecimento que explore bilhar e a inclusão em programa oficial de tratamento a toxicômanos.
 - (E) a proibição de vendas de bebidas alcoólicas a crianças e adolescentes e o acolhimento familiar.



67. A Política do Ministério da Saúde para a atenção integral a usuários de álcool e drogas tem como uma de suas diretrizes:
- (A) a existência de uma rede de dispositivos tipo Centro de Atendimento Psicossocial Álcool e Drogas (CAPSad), capazes de oferecer atendimento somente na modalidade não intensiva.
 - (B) a necessidade de estruturação e fortalecimento de rede centrada na reabilitação através do isolamento como forma de tratamento eficaz.
 - (C) a manutenção dos leitos psiquiátricos, em hospitais psiquiátricos, para atendimento de seu público alvo.
 - (D) a formulação de política tendo como base que todo usuário é um indivíduo doente e que requer internação, fortalecendo-se reflexamente a segurança pública.
 - (E) o respeito à Lei nº 10.216/01, como instrumento legal máximo para a política de atenção.
-
68. Com base no Estatuto da Criança e do Adolescente, a respeito do direito à convivência familiar e comunitária,
- (A) a tutela destina-se a regularizar a posse de fato, podendo ser deferida liminarmente nos processos de adoção, exceto da adoção por estrangeiros.
 - (B) a colocação em família substituta deverá contar, obrigatoriamente, com o consentimento do adolescente, quando maior de 14 (catorze) anos.
 - (C) aos pais incumbe o dever de sustento dos filhos, mesmo que a guarda tenha sido deferida a terceiro.
 - (D) a adoção por estrangeiro é medida excepcional e somente poderá ser deferida por procuração no caso de o estágio de convivência ter se completado no Brasil.
 - (E) na adoção conjunta, é dispensável que os adotantes sejam ou tenham sido casados civilmente ou que tenham mantido ou mantenham união estável.
-

Direito do Idoso

69. A garantia da absoluta prioridade, estabelecida no Estatuto do Idoso, compreende:
- I. O atendimento preferencial junto à Defensoria Pública da União, dos Estados e do Distrito Federal em relação aos Serviços de Assistência Judiciária.
 - II. A reserva de pelo menos 10% (dez por cento) das unidades, nos programas habitacionais residenciais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, para atendimento aos idosos.
 - III. A priorização do atendimento do idoso por sua própria família, em detrimento do atendimento asilar, exceto dos que não a possuam ou careçam de condições de manutenção da própria sobrevivência.
 - IV. A prioridade no embarque no sistema de transporte coletivo e no recebimento da restituição do Imposto de Renda.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
 - (B) II, III e IV.
 - (C) I, III e IV.
 - (D) I e II.
 - (E) I e IV.
-
70. Dentre os direitos fundamentais da pessoa idosa está o direito à percepção de alimentos. Sobre o tema, é correto afirmar que
- (A) o Defensor Público ou o Promotor de Justiça poderão celebrar transações relativas a alimentos, as quais, após referendadas, passarão a ter efeito de título executivo extrajudicial, nos termos da lei processual civil.
 - (B) a obrigação alimentar é solidária, podendo o idoso optar entre os prestadores, guardada a ordem de sucessão entre os parentes.
 - (C) as transações relativas a alimentos poderão ser celebradas perante o Defensor Público, que as referendará, e passarão a ter efeito de título executivo extrajudicial somente se houver a concordância do Ministério Público.
 - (D) a pessoa idosa não está obrigada a prestar alimentos ao cônjuge não idoso.
 - (E) ao Defensor Público cabe atuar como substituto processual do idoso, em situação de risco, que necessitar de alimentos.
-



71. O Estatuto do Idoso define a violência contra o idoso como sendo
- (A) o atentado contra a pessoa do idoso, nos termos da lei penal.
 - (B) a prática dos crimes contra a vida, de lesões corporais, de periclitação da vida e da saúde e contra a liberdade individual do idoso.
 - (C) o crime que envolver violência doméstica e familiar contra o idoso.
 - (D) o atentado contra os direitos fundamentais do idoso.
 - (E) a ação ou omissão praticada em local público ou privado que lhe cause morte, dano ou sofrimento físico ou psicológico.
-
72. O Estatuto do Idoso estabelece que aos crimes em espécie, previstos em seu texto, cuja pena máxima privativa de liberdade não ultrapasse 4 (quatro) anos, aplica-se o procedimento previsto na Lei nº 9.099/95. Com base nos princípios norteadores da Lei nº 10.741/03, é correto afirmar:
- (A) Todos os benefícios da Lei nº 9.099/95 devem ser aplicados à espécie, uma vez que a celeridade das ações penais é corolário da prioridade de atendimento ao idoso.
 - (B) A regra permite, tão somente, a aplicação do procedimento sumaríssimo previsto na Lei nº 9.099/95 e não outros benefícios nela previstos.
 - (C) O benefício da transação penal é uma das etapas do procedimento previsto na Lei nº 9.099/95, tendo o Estatuto do Idoso ampliado o conceito de delito de pequeno potencial ofensivo.
 - (D) A ampliação do conceito de delito de pequeno potencial ofensivo deve beneficiar todos os idosos em razão de sua peculiar condição de vulnerável social.
 - (E) As regras simplificadoras da Lei nº 9.099/95 devem ser aplicadas em sua integralidade em relação aos crimes praticados contra os idosos visando à celeridade e à informalidade do provimento jurisdicional.
-

Direito Previdenciário

73. Conforme dispõe a Constituição da República Federativa do Brasil, compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base no objetivo de
- (A) universalidade da cobertura e singularidade no atendimento.
 - (B) unidade na base do financiamento e custeio.
 - (C) equidade na forma de participação no custeio.
 - (D) centralização na administração, com direção única em todas as esferas de governo.
 - (E) diversidade dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais, em razão das suas peculiaridades.
-
74. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinados a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Nesta seara, nos termos das previsões constitucionais, é correto afirmar que
- (A) a proposta de orçamento da seguridade social será elaborada de forma centralizada e não integrada, não sendo assegurada a cada área a gestão de seus recursos, visto que devem ser observadas as peculiaridades e necessidades de cada área.
 - (B) as receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União.
 - (C) os recursos do orçamento da seguridade social previstos na Constituição Federal não financiarão o sistema único de saúde, bem como as ações governamentais na área de assistência social não serão realizadas com tais recursos, mas apenas por meio de outras fontes arrecadatórias.
 - (D) a previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro atuarial, razão pela qual não atenderá a proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário.
 - (E) não constitui atribuição do sistema único de saúde participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico.
-



75. Em relação à Organização e Custeio da Seguridade Social, analise as afirmações abaixo.

- I. As propostas orçamentárias anuais ou plurianuais da Seguridade Social serão elaboradas por comissão integrada por 3 (três) representantes, sendo 1 (um) de cada área: saúde, previdência social e assistência social.
- II. A contribuição do empregado doméstico, bem como a do trabalhador avulso é de 12% (doze por cento) do seu salário-de-contribuição mensal.
- III. A União não é responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras da Seguridade Social, quando decorrentes do pagamento de benefícios de prestação continuada da Previdência Social, por falta de previsão da Lei Orçamentária Anual.
- IV. Constitui receita da Seguridade Social 40% (quarenta por cento) do resultado dos leilões dos bens apreendidos pelo Departamento da Receita Federal.
- V. Caberá à entidade promotora do espetáculo a responsabilidade de efetuar o desconto de cinco por cento da receita bruta decorrente dos espetáculos desportivos e o respectivo recolhimento ao INSS, no prazo de até dois dias úteis após a realização do evento.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I, III e V.
- (C) II, III e IV.
- (D) II, IV e V.
- (E) I, IV e V.

76. Conforme previsão contida no Plano de Benefícios da Previdência Social – Lei nº 8.213/91 – mantém a qualidade de segurado, independente de contribuições,

- (A) quem está no gozo de benefício, limitado ao prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses.
- (B) até 6 (seis) meses após o licenciamento, o segurado incorporado às Forças Armadas para prestar o serviço militar.
- (C) até 24 (vinte e quatro) meses após o livramento, o segurado retido ou recluso.
- (D) até 6 (seis) meses após a cessação das contribuições, o segurado facultativo.
- (E) até 18 (dezoito) meses após cessar a segregação, o segurado acometido de doença de segregação compulsória.

77. Hermes, funcionário público civil do Estado do Amazonas em atividade, após manter união estável com Afrodite durante doze anos, por desentendimentos recíprocos veio a se separar. Afrodite, após a separação não contraiu matrimônio ou outra união estável. Nessa hipótese, na situação de ex-companheira de Hermes, Afrodite será beneficiária do Programa de Previdência instituído pela Lei Complementar do Estado do Amazonas nº 30, de 27 de dezembro de 2001?

- (A) Sim, na qualidade de segurada, desde que comprovada a efetiva relação de dependência econômica.
- (B) Não, uma vez que a separação rompeu a relação econômica de dependência.
- (C) Sim, na condição de dependente do segurado, desde que credora de alimentos.
- (D) Não, visto que será beneficiário apenas o cônjuge ou companheiro(a) enquanto perdurar o casamento ou a união estável.
- (E) Sim, desde que o segurado não possua pais vivos, visto que após a separação os pais passam a ser automaticamente inscritos em substituição à ex-companheira.

Direitos Difusos e Coletivos

78. São hipóteses de causas de interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos, respectivamente,

- (A) instituição de reserva legal em área particular, convenção coletiva que viola direito dos trabalhadores de uma empresa de montagem de veículos e *recall* de veículo do tipo A.
- (B) área de preservação permanente em bem público, área de preservação permanente em loteamento e área de preservação permanente em propriedade particular individual.
- (C) propaganda enganosa veiculada em jornal de pequena circulação, regularização de loteamento clandestino e poluição sonora do bairro X.
- (D) poluição causada por indústria multinacional, poluição causada por indústria nacional e poluição causada por indústria municipal.
- (E) regularização de loteamento clandestino, poluição de córrego na cidade Y e cláusula abusiva em contrato de adesão de financiamento da instituição financeira Z.



79. Com relação à legitimidade ativa para propor ação civil pública, é correto afirmar:

- (A) Dos legitimados ativos, somente o Ministério Público e a Defensoria Pública podem ajuizar ação civil pública sem necessidade de demonstração da pertinência temática.
- (B) Com relação à associação, o requisito da pertinência temática pode ser dispensado pelo juiz, quando haja manifesto interesse social evidenciado pela dimensão ou característica do dano, ou pela relevância do bem jurídico a ser protegido.
- (C) A Defensoria Pública passou a ter legitimidade ativa para a propositura de ação civil pública com o advento da Constituição Federal de 1988.
- (D) Tratando-se de ação civil pública envolvendo pessoas carentes a Defensoria Pública deve intervir como *custos legis*.
- (E) Nos termos da Lei da Ação Civil Pública, dentre os legitimados ativos para a sua propositura, somente o Ministério Público pode instaurar inquérito civil.

80. Com relação à coisa julgada nas ações coletivas, considere as afirmações abaixo.

- I. Nas causas de interesses difusos, a sentença de improcedência fará coisa julgada *erga omnes*.
- II. Nas causas de interesses coletivos, a sentença fará coisa julgada *erga omnes*, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas.
- III. Nas causas de interesses difusos, após o trânsito em julgado de sentença procedente, qualquer legitimado poderá ajuizar outra ação com mesmo pedido e causa de pedir, valendo-se de nova prova.
- IV. Os efeitos da coisa julgada, tanto nas causas de interesses difusos como nas de coletivos, não prejudicarão interesses e direitos individuais dos integrantes da coletividade, do grupo, categoria ou classe.
- V. Na hipótese de direitos individuais homogêneos, a sentença fará coisa julgada *erga omnes*, apenas no caso de procedência do pedido, para beneficiar todas as vítimas e seus sucessores.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
- (B) III, IV e V.
- (C) IV e V.
- (D) II e V.
- (E) I, II e III.

81. A Defensoria Pública de um Estado ajuizou ação civil pública contra regra de edital de processo seletivo de transferência voluntária de Universidade Pública do mesmo Estado, que previu, como condição essencial para inscrição de interessados e critério de cálculo da ordem classificatória, a participação no Enem, exigindo nota média mínima. Nesse caso,

- (A) o direito à educação é garantia de natureza universal e de resultado orientada ao "pleno desenvolvimento da personalidade humana e do sentido de sua dignidade" sendo, porém, direito público subjetivo disponível, razão pela qual a Defensoria Pública não possui interesse processual nem legitimidade ativa para essa ação.
- (B) a jurisprudência do STJ admite que os legitimados para a ação civil pública protejam interesses individuais homogêneos, sendo que a educação é da máxima relevância no Estado Social, daí ser integral e incondicionalmente aplicável, nesse campo, o meio processual da Ação Civil Pública, que representa contraposição à técnica tradicional de solução atomizada de conflitos.
- (C) a Defensoria Pública, instituição altruísta por natureza, é essencial à função jurisdicional do Estado, nos termos do art. 134, *caput*, da Constituição Federal; todavia, como não atuou exclusivamente na defesa de hipossuficientes a ação deverá ser extinta sem julgamento do mérito, por ilegitimidade de causa.
- (D) a legitimidade para referida ação é do Ministério Público – e não da Defensoria Pública – tendo em vista que a natureza jurídica do direito defendido é indisponível.
- (E) cabe à Defensoria Pública a tutela de qualquer interesse individual homogêneo, coletivo *stricto sensu* ou difuso, desde que presente a representatividade adequada.



82. Em relação à tutela coletiva do direito à saúde e do direito à saúde de grupos sociais vulneráveis, é correto afirmar:
- (A) As normas constitucionais relacionadas à saúde são de conteúdo programático e, por isso, apenas estabelecem diretrizes genéricas que servem de norte ao administrador, sem a imposição de obrigação de prestação específica em favor dos cidadãos.
 - (B) Em face da existência de divisão administrativa de tarefas entre as esferas de governo para a implantação de programas e ações de saúde, não existe solidariedade entre a União, os Estados e os Municípios em relação à responsabilidade para a prestação da assistência integral à saúde dos cidadãos.
 - (C) Todos os indivíduos possuem direito público subjetivo em face do Estado de ter acesso integral e igualitário a todos os serviços e ações que tragam benefícios a sua saúde, incluindo-se aí a assistência farmacêutica integral, independentemente da existência de registro do medicamento na ANVISA e de não constar a medicação prescrita de listas oficiais e protocolos clínicos do SUS.
 - (D) Assim como boa parte dos direitos sociais, o direito à saúde demanda a alocação de recursos públicos para a sua implementação. Em razão disso, e do que estabelece a teoria da reserva do possível, o Estado somente pode ser obrigado a implementar tais direitos se existirem recursos suficientes e houver previsão orçamentária específica.
 - (E) As demandas relacionadas a questões de saúde devem ser devidamente instruídas com provas da necessidade efetiva da prestação positiva reclamada do Estado. Nesse contexto, é imprescindível que os relatórios ou o receituário médico prescrevendo a medicação seja firmado por médico credenciado pelo SUS.
83. O sistema processual faz distinções entre a tutela cautelar e a tutela antecipada, sendo que no subsistema das ações coletivas em sentido amplo,
- (A) nas ações coletivas, admite-se somente a tutela cautelar e não a tutela antecipatória.
 - (B) nas ações coletivas admite-se somente a concessão de liminar, mas não de antecipação de tutela.
 - (C) julgada procedente a ação civil pública, confirmando-se a antecipação de tutela em sentença, o recurso de apelação será recebido no duplo efeito.
 - (D) é vedada a concessão de liminar ou de antecipação de tutela contra ato do Poder Público quanto à pagamento de qualquer natureza a servidor público.
 - (E) o juiz independe de pedido do autor tanto para conceder a liminar – instrumental ou antecipatória – ou a antecipação de tutela como para impor multa diária para assegurar o cumprimento de sua decisão.

Direito Ambiental

84. A intervenção ou a supressão de vegetação nativa em área de preservação permanente
- (A) poderá ser autorizada, excepcionalmente, nas restingas estabilizadoras de mangues e nos manguezais, em locais onde a função ecológica do manguezal esteja comprometida, para execução de obras habitacionais e de urbanização, inseridas em projetos de regularização fundiária de interesse social, em áreas urbanas consolidadas ocupadas por população de baixa renda.
 - (B) não será autorizada.
 - (C) somente ocorrerá nas hipóteses de utilidade pública e de interesse social.
 - (D) protetora de nascentes, dunas e restingas somente poderá ser autorizada em caso de interesse social.
 - (E) poderá ser autorizada desde que haja solicitação tecnicamente fundamentada do proprietário ou possuidor do imóvel.
85. Uma organização não governamental (ONG) está trazendo para o Estado do Amazonas resíduos sólidos perigosos, provenientes dos Estados Unidos da América, cujas características causam dano ao meio ambiente e à saúde pública, para tratamento e posterior reutilização em benefício de população de baixa renda. Tal conduta, segundo a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305/2010),
- (A) depende de autorização discricionária do Presidente da República por envolver os Ministérios do Meio Ambiente e da Saúde.
 - (B) é permitida, diante da destinação social do resíduo sólido.
 - (C) é proibida, ainda que haja tratamento e posterior reutilização do resíduo sólido.
 - (D) é permitida, desde que exame prévio do material, realizado no país de origem, comprove a possibilidade de adequado tratamento do resíduo sólido.
 - (E) é permitida, desde que exame prévio do material, realizado no Brasil, comprove a possibilidade de adequado tratamento do resíduo sólido.



86. São ações administrativas da União promover o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades
- (A) localizados ou desenvolvidos em unidades de conservação instituídas pela União, exceto em Áreas de Proteção Ambiental (APAs).
 - (B) localizados ou desenvolvidos em dois ou mais Municípios.
 - (C) de alto impacto ambiental.
 - (D) localizados ou desenvolvidos em rios federais.
 - (E) localizados ou desenvolvidos em terras quilombolas.
-
87. Pedro, em estado de necessidade, para saciar sua fome e de sua família, composta por esposa e cinco filhos, abateu animal da fauna amazônica. Segundo a Lei Federal nº 9.605/98, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, tal fato
- (A) é tipificado como crime.
 - (B) é tipificado como contravenção penal.
 - (C) é tipificado como crime, sendo a situação descrita circunstância atenuante da pena.
 - (D) não é considerado crime.
 - (E) é tipificado como crime, sendo a ação penal neste caso pública condicionada à representação.
-
88. Sobre a Política Nacional de Recursos Hídricos, analise as afirmações abaixo.
- I. A água é um bem de domínio público.
 - II. A água é um recurso natural ilimitado.
 - III. A gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas.
 - IV. A gestão dos recursos hídricos deve ser centralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.
- É correto o que se afirma APENAS em
- (A) I.
 - (B) II e IV.
 - (C) II e III.
 - (D) II.
 - (E) I e III.
-

Direitos Humanos

89. Dos tratados do sistema global de direitos humanos, ainda NÃO foi ratificado pelo Brasil
- (A) a Convenção sobre os Direitos da Criança.
 - (B) a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e Membros de suas Famílias.
 - (C) o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.
 - (D) a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial.
 - (E) o Pacto Internacional de Direitos Civil e Políticos.
-
90. Segundo a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, qualquer pessoa ou grupo de pessoas, ou entidade não governamental legalmente reconhecida em um ou mais Estados membros da Organização, pode apresentar à Comissão petições que contenham denúncias ou queixas de violação desta Convenção por um Estado Parte. Tais petições, segundo o mesmo tratado, devem obedecer a certas regras gerais de admissibilidade, dentre as quais NÃO se inclui:
- (A) A interposição e esgotamento dos recursos da jurisdição interna, de acordo com os princípios de direito internacional geralmente reconhecidos.
 - (B) A apresentação dentro do prazo de seis meses, a partir da data em que o presumido prejudicado em seus direitos tenha sido notificado da decisão definitiva.
 - (C) A manifestação expressa de concordância da vítima ou vítimas da alegada violação aos direitos humanos.
 - (D) Que a petição contenha o nome, a nacionalidade, a profissão, o domicílio e a assinatura da pessoa ou pessoas ou do representante legal da entidade que submeter a petição.
 - (E) Que a matéria da petição ou comunicação que não esteja pendente de outro processo de solução internacional.
-



91. Segundo dispõe o artigo 4º da Lei Complementar Federal nº 80, de 12 de janeiro de 1994, é função institucional da Defensoria Pública representar aos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos, postulando perante seus órgãos. No caso das Nações Unidas, cada convenção sobre direitos humanos estabelece a existência de um comitê encarregado de monitorar os progressos realizados na implementação dos direitos trazidos pelo respectivo tratado e, em alguns casos, receber e considerar comunicações apresentadas por indivíduos ou grupos de indivíduos que aleguem ser vítimas de violação dos direitos estabelecidos na Convenção, ou em nome desses indivíduos ou grupos de indivíduos. Em relação a isso, o único dos órgãos que ainda NÃO possui atribuição de conhecer tais comunicações é o
- (A) Comitê para os Direitos da Criança.
 - (B) Comitê sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher.
 - (C) Comitê de Direitos Humanos.
 - (D) Comitê contra a Tortura.
 - (E) Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial.
-
92. De acordo com a jurisprudência atualmente predominante no Supremo Tribunal Federal, um tratado internacional de direitos humanos, ratificado na forma do artigo 5º, parágrafo 2º, da Constituição Federal, possui força normativa equivalente à de norma
- (A) formalmente constitucional.
 - (B) legal ordinária.
 - (C) legal complementar.
 - (D) supralegal e infraconstitucional.
 - (E) regulamentar.
-
93. Um assistido da Defensoria Pública obtém uma decisão favorável perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos, determinando que o Estado Brasileiro o indenize pela morte de seu filho, causada por policiais em suposto caso de *“resistência seguida de morte”*, que se revelou ser uma situação de execução extrajudicial. No entanto, o país se recusa a fazer o pagamento espontaneamente, sendo necessária a execução da sentença. A esse respeito, a decisão da Corte
- (A) deve ser previamente homologada pelo Superior Tribunal de Justiça, na forma prevista pela Constituição Federal.
 - (B) pode ser executada diretamente no juízo de primeiro grau, observadas as regras de competência.
 - (C) não possui executoriedade direta no Brasil, em face do princípio da soberania estatal.
 - (D) somente pode ser executada se o Supremo Tribunal Federal tiver declarado sua validade para o direito interno.
 - (E) somente será exequível se houver o consentimento expresso do Poder Executivo Federal no caso concreto.
-
94. A outorga de medida cautelar a favor dos membros das comunidades indígenas da bacia do Rio Xingu, relativa à usina hidroelétrica Belo Monte, no Estado do Pará (Brasil), foi expedida pela
- (A) Corte Interamericana de Direitos Humanos e determinou a paralisação das obras da usina até que as comunidades indígenas beneficiárias tivessem acesso ao Estudo de Impacto Social e Ambiental do projeto, em um formato acessível, incluindo a tradução aos idiomas indígenas respectivos.
 - (B) Comissão Interamericana de Direitos Humanos e solicitou a adoção de medidas para proteger a vida, a saúde e integridade pessoal dos membros das comunidades indígenas em situação de isolamento voluntário.
 - (C) Corte Interamericana de Direitos Humanos e solicitou a rápida finalização dos processos de regularização das terras ancestrais dos povos indígenas que estão pendentes, e a adoção de medidas efetivas para a proteção de mencionados territórios ancestrais.
 - (D) Comissão Interamericana de Direitos Humanos e referendada pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, determinando o reassentamento das populações indígenas em área equivalente à atingida pelas obras.
 - (E) Comissão Interamericana de Direitos Humanos e determinou realização de processos de consulta, em cumprimento das obrigações internacionais do Brasil, com o objetivo de chegar a um acordo em relação a cada uma das comunidades indígenas afetadas pelas obras.
-

Princípios e Atribuições Institucionais da Defensoria Pública

95. De acordo com a Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado do Amazonas (Lei Complementar Estadual nº 01/90), para a caracterização da condição de necessitado exige-se
- (A) a declaração de isento do Imposto de Renda emitida pela Receita Federal.
 - (B) a comprovação em carteira de trabalho de rendimento inferior a 3 (três) salários mínimos.
 - (C) apenas a afirmação pelo interessado de sua condição de juridicamente necessitado.
 - (D) a comprovação de ausência de bens imóveis ou de aplicações financeiras em nome do interessado.
 - (E) a apresentação pelo interessado de comprovante de inclusão em programa de distribuição de renda do governo federal.



96. Dentre as atribuições funcionais expressamente previstas na Lei Complementar Estadual nº 01/90 aos Defensores Públicos do Estado do Amazonas de 1ª Instância (1ª e 2ª Entrâncias), NÃO se encontra inserida a
- (A) defesa dos necessitados contra pessoas jurídicas de direito público.
 - (B) defesa, nos processos criminais, de réus que não tenham defensor constituído, inclusive os revéis.
 - (C) promoção de ação civil pública em favor de associações que incluam entre suas finalidades institucionais a proteção ao meio ambiente.
 - (D) prestação de assistência jurídica aos consumidores lesados.
 - (E) prestação de assistência jurídica aos servidores públicos, independentemente de sua condição de necessitado.
-
97. Sobre a autonomia da Defensoria Pública do Estado é correto afirmar que
- (A) a Emenda Constitucional nº 45/04 conferiu à Defensoria Pública do Estado tríplex autonomia, assegurando-lhe a iniciativa de leis e de sua proposta orçamentária.
 - (B) a autonomia administrativa prevista no artigo 134, §2º, da Constituição Federal assegura ao Defensor Público a possibilidade de, no desempenho de suas funções, adotar o posicionamento jurídico que entender mais adequado à defesa da pessoa necessitada.
 - (C) a Defensoria Pública do Estado, em razão de sua autonomia e nos termos previstos pela Lei Complementar Federal nº 80/94, pode criar cargos em suas carreiras e em seus serviços auxiliares, provendo-os por concurso público.
 - (D) a Lei Complementar Federal nº 80/94 assegura à Defensoria Pública do Estado, como decorrência de sua autonomia, a atribuição de elaborar suas folhas de pagamento.
 - (E) as decisões da Defensoria Pública do Estado, fundadas em sua autonomia funcional e administrativa, estão, nos termos da Lei Complementar Federal nº 80/94, condicionadas à decisão final do Chefe do Poder Executivo Estadual.
-
98. O parágrafo 5º do artigo 4º da Lei Complementar Federal nº 80/94, ao estabelecer que a assistência jurídica integral e gratuita custeada ou fornecida pelo Estado será exercida pela Defensoria Pública, reconheceu
- (A) o modelo público de assistência jurídica gratuita, fundado na convivência entre defensores públicos e advogados dativos custeados pelo Estado.
 - (B) o modelo misto de assistência jurídica gratuita, que assegura a atuação de organizações não governamentais, mediante o repasse de recursos públicos.
 - (C) a prevalência do modelo *judicare*, fundado na advocacia voluntária ou *pro bono*.
 - (D) que o direito fundamental previsto no artigo 5º, LXXIV, da Constituição Federal deve ser instrumentalizado pela Defensoria Pública.
 - (E) a titularidade do direito à assistência jurídica integral e gratuita à Defensoria Pública.
-
99. Os conflitos de atribuições entre membros da Defensoria Pública do Estado do Amazonas, nos termos da Lei Complementar Estadual nº 01/90, são dirimidos
- (A) pelo Conselho Superior, em única instância.
 - (B) pelo Defensor Público Geral, com recurso ao Conselho Superior.
 - (C) pela prevalência da manifestação do membro da carreira com maior antiguidade.
 - (D) pelo Corregedor Geral, com recurso ao Defensor Público Geral.
 - (E) pelo Corregedor Geral, em única instância.
-
100. Ao estabelecer normas gerais sobre o Conselho Superior da Defensoria Pública Estadual, a Lei Complementar Federal nº 80/94 previu
- (A) a competência do órgão para a fixação ou alteração das atribuições dos órgãos de atuação da Defensoria Pública.
 - (B) que a sua composição deve conter membros eleitos e natos, em proporção equivalente.
 - (C) a publicidade de todas as suas sessões, cuja periodicidade será disciplinada por lei estadual, com realização de ao menos uma sessão mensal.
 - (D) a vedação à reeleição de seus membros eleitos.
 - (E) a possibilidade de revisão pelo órgão do plano de atuação aprovado pelo Defensor Público Geral.